

AS REMOÇÕES DE SENTIDOS

A FAVELA NOS DISCURSOS QUE CIRCULAM NA CIDADE

Nilo Sergio Silva Gomes

RESUMO

Este texto tem por objetivo mostrar deslizamentos nos sentidos da palavra <favela> nos discursos midiáticos que atravessam a cidade do Rio de Janeiro, com a remoção de sentidos antigos e negativos quando não, com a remoção da própria palavra, substituída por outra designação: comunidade. Partimos da definição de Bakhtin, para quem a palavra é capaz de registrar as fases mais íntimas e efêmeras das mudanças sociais e que há em curso um processo de “mediatização da sociedade”. Diferentemente do passado, quando se buscava a remoção das favelas, e na impossibilidade de tal medida face ao grande crescimento desta forma de moradia e habitação, hoje removem-se os sentidos negativos que lhes eram imputados. Nesse processo de remoção, a mídia atua difundindo e naturalizando essas operações.

PALAVRAS-CHAVE: Sentidos. Remoção. Discurso. Mídia.

ABSTRACT

This text aims to show slides in the sense of the word <slum> in the media discourses that run through the city of Rio de Janeiro, with the removal of old and negative senses if not with the word itself is removed, replaced by other option: community. We start from the definition of Bakhtin, to whom the word is able to record the most intimate and ephemeral phases of social change, and that there is an ongoing process of “mediatization of the society”. Unlike the past, when he sought the removal of slums, and the failure of such a measure against the great growth of this form of housing and housing today to remove the negative sense that they were charged. In this removal process, the media acts spread and naturalizing these operations.

KEYWORDS: Senses. Removal. Discourse. Media.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte da suposição que em toda realidade político-social é sempre possível encontrar palavras que sejam especialmente próprias e específicas daquela conjuntura histórica. Assim como aquelas cujos sentidos estejam em trânsito, fluindo, levadas para o esquecimento ou deslizando para outros sentidos, em derivas quase sempre entrelaçadas, quando não oriundas mesmas das

conjunturas históricas que lhes são próprias e nas quais se produzem e reproduzem.

Tal suposição tem por base a compreensão de que “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN, 2002, p. 41). Nosso propósito é combinar lições do linguista russo com a Análise de Discurso proposta por Pêcheux (1997), e mostrar derivas e deslizamentos de sentidos da palavra <favela>, nos discursos midiáticos que circulam e atravessam as cidades. Deslocamentos que são produzidos na vida social – na história, portanto.

Consideramos que há em curso o que Fausto Neto (2008) cunhou como “processo de midiática da sociedade”, e que Sodré (2008) definiu como novo gênero de existência, o “*bios* midiático”. Essa mídia que, nas palavras de Ianni (1998, 2004), é o *príncipe eletrônico* de nossa atualidade, produzindo e reproduzindo hegemonias e consensos. Analisar as materialidades discursivas que circulam pela mídia é ter acesso às narrativas que dão e disputam sentidos na cidade (ORLANDI, 2003b). É, como pensamos, observar e compreender o funcionamento desses discursos, seus dizeres, suas linguagens que hoje midiaticizam a sociedade. E daí extrair situações discursivas, práticas linguísticas cujos tecidos e materialidades estejam gravadas como marcas da sua época, datadas, historicamente.

A CIDADE COMO LUGAR DE NEGÓCIO

Nosso objeto de análise – a remoção de sentidos nos discursos da mídia sobre a favela – se faz presente na cidade do Rio. Mas o que são as cidades? Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (1993), a cidade é o lugar “onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, (e que) está deste modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político das possibilidades de soluções” (SANTOS, 1993, p. 48). O professor Carlos Vainer (2003), do IPPUR-UFRJ, apontou “as duas utopias que, hoje, inspiram e orientam

os conceitos e projetos de cidade [...]: a utopia da cidade empresa/mercadoria e a utopia da cidade democrática” (VAINER, 2003, p. 16).

O geógrafo britânico David Harvey, em artigo, defendeu que “A liberdade de fazer e refazer nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados” (HARVEY, 2012). Não havendo este direito coletivo, a cidade aparece como é hoje: local de disputa entre o capital – que nela investe para se apossar de seu território, transformando-o em valor de mercado – e a população – que a habita e a compreende como espaço de moradia e trabalho, isto é, como *seu* território, também.

O direito à cidade é meta a conquistar – a cidade cidadã, como a propõe Ermínia Maricato (2014), da USP. Em um texto publicado pelo IPPUR/UFRJ, uma equipe de arquitetos¹ diagnosticou que:

O Rio de Janeiro enfrenta uma crise urbana e que um dos problemas mais graves é a moradia. Como consequências, voltaram a crescer os loteamentos irregulares e clandestinos e, mais ainda, as favelas, única alternativa de acesso à terra para os mais pobres, chegando a um total estimado em mais de 1.200.000 domicílios em 2007 (SARAIVA, 2007, p. 6).

Se tomarmos por estimativa que em cada domicílio deste universo de 1,2 milhão de moradias residam quatro pessoas – uma suposição conservadora, pois, em geral, os casais residentes em favelas e loteamentos irregulares têm, em média, segundo o IBGE², mais de dois filhos –, mesmo assim teremos um total de quase 5 milhões de moradores.

No artigo intitulado “Conhecer para resolver a cidade ilegal”, Maricato escreveu que “Se somarmos a população moradora de favelas com a população moradora de loteamentos ilegais teremos aproximadamente metade de todos os habitantes de São Paulo e também do Rio de Janeiro” (SARAIVA, 2007, p. 6).

¹ SARAIVA, Camila P.; BARROS, Danielle; VARGAS DE FARIA, José R.; FERREIRA, Patrícia M. B.; POLLI, Simone A.; ARAÚJO, Vanessa J. de; e BOCANEGRA, Vanessa M.

² Disponível em: www.ibge.gov.br.

A autora apontou também a urbanização acelerada no Brasil. Em 1940, a população residente nas cidades era um terço de toda a população. “No início do século XXI [...] 82% da população do país são urbanos”. Nesta situação, “depois de relutar em reconhecer essa realidade, o Estado, no Brasil, abandonou o discurso da remoção pelo discurso da urbanização de favelas” (SARAIVA, 2007, p. 6).

Segundo a autora, “uma das causas dessa atitude foi, sem dúvida, econômica. A urbanização por família custa entre 10% a, no máximo, 50% (nas urbanizações mais caras) de uma nova moradia” (MARICATO, 2014, p. 4). Ou seja, incapaz de oferecer à sua população moradia digna e em condições básicas de habitabilidade, e não conseguindo levar adiante os fracassados e conhecidos programas de remoção, dos anos 1960/70, o Estado brasileiro sucumbiu ante a realidade das favelas.

Não é exagero afirmar que, na prática, ao longo do último século, as favelas representam a política habitacional que deu certo. Empreendida não por governos, mas por quem dela mais carece: o povo pobre, sem moradia digna e nem transporte público amplo e eficaz para atender a população urbana, em seus deslocamentos diários para o local de trabalho e estudos.

Assim, o Estado, com a contribuição da mídia, tem buscado neste início de XXI remover não mais as favelas, mas os sentidos e significações do que se possa, agora, entender por <favela>. De “lugar problema”, a favela agora é *fashion*, atração turística. Aparece até em telenovelas, não mais das formas estigmatizadas do passado. Hoje circulam pelas favelas cariocas não só camburões, mas grandes jipes carregados de turistas, inaugurando um novo negócio – o *Favela Tour*.

Ressaltamos, portanto, estar em curso um processo de remoção dos sentidos e das significações da palavra <favela>, agora substituída pela palavra <comunidade>. Mas uma <comunidade> que parece carregar marcas semânticas e sentidos que lhe são próprios. Não se trata de uma “comunidade científica”, ou “comunidade acadêmica”, não distinguindo, nem designando também uma “cidade”, visto não ser usual referir-nos a bairros como os de Santa Teresa, Pavuna, Niterói ou Ipanema como “comunidades”.

Mesmo as pessoas residentes nessas “comunidades” não se referem ao lugar em que moram como <comunidade>, a não ser quando em trocas de conversas com não-residentes. Em geral, elas se referem ao seu lugar de moradia como “morro” – “eu moro lá no Morro da Coroa” – ou “favela” – “eu moro na Favela da Rocinha”. De modo que na substituição da palavra <favela> pela palavra <comunidade> um traço parece inscrever-se e arrastar-se aos seus sentidos: o de comunidade pobre, comunidade carente.

Esta operação de substituição de uma palavra pela outra, como aparece em tantas transmissões e reportagens, em rádios e tevês como nas mídias impressas e digitais, resulta do próprio processo de transformação capitalista da cidade, que de lugar de moradia e trabalho é agora lugar de negócio. Ou, mais precisamente: a cidade é o próprio negócio.

Redutos abandonados pelo Poder Público agora são áreas que estão sendo “revitalizadas” – como o Porto do Rio de Janeiro; e sendo urbanizadas, quando não “pacificadas” – como as próprias favelas, muitas delas hoje repletas de pontos turísticos. Processo impulsionado por eventos “globais”, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016 –, motores e molas propulsoras de toda essa transformação, de caráter plenamente capitalista e mundial.

Cidade grande e múltipla, a população no Rio de Janeiro (quase 12 milhões) é bem maior do que suporta seu território. Daí cada metro quadrado da cidade se tornar múltiplo de outros, passando a ser explorado como “lugar de negócio”, inclusive, nas próprias favelas. Ou seja, de “assunto-problema”, as favelas são hoje – “urbanizadas” e “pacificadas” – fontes de atividades econômicas. Daí ser preciso ressignificar esta revitalizada “nova cidade”, removendo-se não os seus problemas seculares, mas os seus sentidos.

E isto não somente através da mídia hegemônica, mas a partir dela irradiando-se e envolvendo, inclusive, mídias que se produzem nas próprias favelas, circulando informação e comunicação local, com vozes e edições próprias. Lugar de conflitos e disputas entre polícia e bandido e entre bandos rivais de traficantes, a favela é agora lugar de atrações turísticas, com teleféricos supermodernos, escadas rolantes de última geração, elevadores e bares panorâmicos, guias turísticos bem

informados e falando, pelo menos, o inglês. Mas supomos que pouco se saiba ainda sobre como são e permanecem sendo as suas condições de vida, de habitabilidade, de sociabilidade, de crescimento e desenvolvimento humano, social e cultural. E, sobretudo, as condições de liberdade, segurança e cidadania.

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

O Rio mudou bastante sua paisagem original. Esse processo de urbanização, contudo, não lhe foi exclusivo. Harvey escreveu que “a urbanização [...] vem desempenhando um papel fundamental no reinvestimento dos lucros”, em escala mundial, de modo que “o planeta como canteiro de obras se choca com o ‘planeta das favelas’. Periodicamente isso termina em revolta” (HARVEY, 2012, p. 83, grifo do autor).

Sob esse ponto de vista, é possível admitir que as favelas representem uma espécie de “reforma agrária” – *na marra* – do solo urbano carioca. Sem forças ainda para se estabelecer e se consolidar no meio rural, sua origem, a bandeira da “reforma agrária”, tão combatida política e militarmente pelo latifúndio – esta herança remota das “capitanias hereditárias” dos primórdios da colonização do Brasil –, vem se realizar no solo urbano das grandes cidades. As favelas são apropriações de terras geralmente públicas para a construção de moradias por quem necessita de casa.

Ou seja, elas são a *política habitacional* que as populações pobres empreenderam e impuseram, à revelia do Estado e até certo ponto com o suporte armado do tráfico de drogas. E, ao que parece, com pleno êxito. Nesse contexto, o crescimento das favelas em cidades como o Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que resolve o problema de moradia de milhares de pessoas, amplia também os territórios em que essas forças armadas do tráfico de drogas se estabelecem e se impõem. A partir do controle desses territórios, elas afrontam o Estado brasileiro, com suas forças militares e de segurança pública sempre incapazes e insuficientes para o combate definitivo a esses grupos e bandos que sustentam essas atividades criminosas e ilegais.

Por muito tempo o Rio de Janeiro e o seu imaginário social conviveram com memórias de casos famosos de remoções de favelas. E palavras como <remoção> e <favela> quase sempre apareceram juntas nos discursos das mídias de então, constituindo sentidos e significações que povoaram e ainda habitam esse imaginário, como memórias que a cidade acumula sobre si própria. Os periódicos são fontes de consulta relevantes para se pesquisar e conhecer um pouco desse imaginário, bem como sobre as referências das palavras <favela> e <remoção> nos discursos da imprensa.

Ao folhear-se, por exemplo, os jornais diários dos anos 1960, essas referências estão quase sempre associadas. No *Jornal do Brasil*, de 31 de novembro de 1968, foi publicada reportagem cujo título era “Favelados se preparam para lutar contra a sua remoção”. Nela foi reproduzido trecho da convocação do II Congresso da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, naquele ano, em que é dito: “Embora a lei seja igual para todos, sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos [...]. Para onde você vai?” (BRUM, 2013, p. 193).

O jornal *O Globo*, de 31 de março de 1989, 20 anos depois, afirmava:

A favela não tem lei, não tem escola, não paga imposto [...]. Onde estão os projetos de remanejamento, de criação de novas zonas urbanizadas? Onde está o mínimo de fiscalização que impeça a contínua expansão desse câncer que vai estrangulando o Rio? (apud BRUM, 2013, p. 198).

As palavras, portanto, estão contidas de historicidades, povoadas de imaginários e múltiplos sentidos, quase sempre registrando, como observou Bakhtin (2002), as transições mais efêmeras de uma realidade social. A palavra <favela> e suas significações são exemplos de sentidos que estão em transição, em derivas e deslizamentos (ORLANDI, 2003a) para novas e outras significações, que não aquelas antigas associadas quase sempre a estigmas, preconceitos e exclusões.

A remoção dos seus sentidos tornou-se urgente e necessária, até porque nas favelas vive hoje quase a metade da população de cidades como São Paulo e Rio

de Janeiro. Assim, como manter na ilegalidade e como tratar de forma negativada quase a metade da população da cidade? É preciso incluí-la na “cidade legal” apontada por Maricato (2014). Favela, agora, é *cult*, é atração turística, com restaurantes de pratos típicos. E é também, muito provavelmente, alternativa de moradia para parcelas cada vez mais amplas da população, como é o caso de segmentos da chamada classe média, que veem e vislumbram as favelas com outros olhares. Local, portanto, não mais somente das camadas mais pobres da sociedade carioca, mas de um espectro social mais amplo.

Daí resulta que os seus sentidos estejam em trânsito, muito provavelmente indiciando novas e outras significações que no tempo histórico são e serão elaboradas, aparecendo em enunciações e sentidos que se produzem no meio social, no murmúrio e burburinho do cotidiano. Retomando Bakhtin, “a palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica” (2002, p. 41).

Há de se ressaltar que muitos hábitos e modos de dizer típicos das favelas estão hoje impregnados nos discursos que circulam na “cidade legal” (MARICATO, 2014), reproduzidos, inclusive, na mídia. Expressões como “*perdeu*”, “*tá bolado*”, “*deu ruim*”, “*sangue bom*”, “*tá maluco*”, “*tá ligado?*”, nasceram nas favelas, delas espalhando-se e estando hoje presentes nos mais diversos e diferentes ambientes da cidade.

Estamos convencidos que as favelas conquistam cada vez mais reconhecimento como lugares da cidade, e não à parte dela, excluída. Uma conquista nascida da luta de seus moradores em permanecer no espaço que construíram com seus próprios esforços. Lugar de resistência, portanto, mesmo nas condições adversas. Em março de 2011, por exemplo, um forte temporal provocou deslizamentos em vários pontos do Rio de Janeiro, sobretudo, em algumas favelas, uma delas a do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa. Os jornais da época registram as promessas do então prefeito da cidade, garantindo que as famílias do local seriam removidas. O que não somente não aconteceu, como a própria favela cresceu, atraindo novos moradores.

A favela tem conquistado, portanto, não somente o lugar de moradia, mas também o lugar de fala de milhares que nem sempre conseguem ser ouvidos. E isto se expressa e se manifesta culturalmente, não só internamente, na favela, em suas rodas de samba, de funk e de hip-hop, como também no ambiente externo, especialmente na mídia. É o caso, por exemplo, de letras, músicas e poesias que falam da favela. Uma delas, bastante difundida por diferentes mídias e plataformas, foi o sucesso do funqueiro Rap Brasil, na canção em que é dito:

Eu só quero é ser feliz,
andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é.
E poder me orgulhar,
e ter a consciência que o pobre tem seu lugar.³

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BRUM, Mario. Favelas e remocoinismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, p. 179-208, 2013.
- FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. **MATRIZES**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, São Paulo, ano I, n. 2, jan./jun. 2008.
- FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, jun. 2009.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- IANNI, Octavio. Mídia, política e hegemonia. In: THEOTONIO, Santos (org.). **Globalização**: dimensões e alternativas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004. (Hegemonia e contra-hegemonia, 2).
- IANNI, Octavio. **O príncipe eletrônico**. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.
- MARICATO, Erminia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. Disponível em: <www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/.../maricato_conhecercidadeilegal.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014.

³ A letra está disponível em: <http://musica.com.br/artistas/rap-brasil/m/eu-so-quero-e-ser-feliz/letra.html>. Acesso em: 4 de agosto de 2016.

- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003a.
- ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2003b.
- SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SARAIVA, Camila Pereira *et.al.* **A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2007.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- VAINER, Carlos. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, 2003. Disponível em:
<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/173/149>>
. Acesso em: 14 fev. 2017.

SOBRE O AUTOR

Niló Sergio Silva Gomes

Doutor em Comunicação Social - UFRJ e Mestre em Memória Social - Unirio.
Professor Adjunto da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.